

Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo¹

Alvaro Bianchi

Professor do Departamento de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

¹ O texto segue a exposição oral pronunciada em 18 de novembro de 2015, por ocasião do Colóquio “Gramsci: a centralidade da política”, realizado no prédio de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo

Resumo: Este artigo busca refletir sobre o fenômeno do lulismo e sua crise a partir de certas categorias desenvolvidas por Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*. Inicialmente, remete-se à noção de revolução passiva e ao debate aberto por Carlos Nelson Coutinho sobre a utilidade deste conceito para interpretar os primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Em seguida, busca-se especificar qual o tipo de revolução passiva convém destacar para compreender o lulismo, em especial o que permite entendê-lo como uma forma de atualização do capitalismo no Brasil. Em seguida, passa-se à noção de crise de hegemonia e crise orgânica, argumentando serem mais úteis para pensar ao momento político atual, caracterizado pela combinação da crise em sua forma política e econômica.

Palavras chave: 1. Lulismo; 2. Revolução Passiva; 3. Crise Orgânica.

Passive revolution and crisis of hegemony in contemporary Brazil

Abstract: This article aims to reflect about the phenomenon of *lulism* and its crisis, based on certain categories developed by Antonio Gramsci in his *Quaderni del Carcere*. At first, we referred to the notion of passive revolution and to the debate opened by Carlos Nelson Coutinho about the usefulness of this concept to interpret the first governments of Luiz Inácio Lula da Silva. Next, we aimed to specify which type of passive Revolution we should highlight in order to understand *lulism*, especially the one that allows understanding it as a way of updating capitalism in Brasil. Lastly, we got into the notion of crisis of hegemony and organic crisis, by arguing they are more useful to think about the current political moment, which is characterized by the combination of a crisis in its political and economic forms.

Keywords: 1. Lulism; 2. Passive Revolution; 3. Organic Crisis.

Não é fácil fazer a análise política de eventos presentes. Compreender o presente implica em trabalhar com eventos que ainda estão em processo de desenvolvimento e com tendências que ainda não se realizaram completamente. O presente só pode ser compreendido de modo rigoroso quando já é tarde? Ainda assim, é necessário assumir os riscos. Ao longo desta discussão, e na medida em que vamos falar de uma realidade política que se caracteriza como uma situação de crise, vamos lidar com eventos que ainda não se desenvolveram plenamente, que ainda não chegaram em sua forma definitiva. Aquilo sobre o que nós falamos hoje pode ser que não se concretize amanhã, ou pelo menos que não se concretize da forma como nós achamos hoje que isto poderia acontecer. Conversaremos, discutiremos, fundamentalmente sobre tendências. Em alguns momentos, quando nos referirmos a eventos passados, evidentemente podemos nos mover sobre terreno mais firme, mas à medida que nos deslocarmos para uma análise mais prospectiva, este terreno começa a se mover e o próprio objeto da nossa reflexão foge das nossas mãos.

No início do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com Ruy Braga, argumentamos a respeito da utilidade da noção de revolução passiva para caracterizar este governo.² O Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC) organizou uma série de discussões a este respeito. Tínhamos em mãos algumas provocações feitas pelo Chico de Oliveira, em especial o seu texto *Hegemonia às avessas*, republicado alguns anos depois (OLIVEIRA, 2010). Para debater esse texto foram organizados seminários, dos quais também participaram Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Carlos Bello, Maria Elisa Cevasco, Wolfgang Leo Maar e outras pessoas. Nestas discussões, conversamos sobre a possibilidade de tratarmos aquele momento

² Ver, p. ex., Bianchi; Braga (2005).

como uma forma de revolução passiva. Houve, então, uma certa discussão. O ensaio que Carlos Nelson Coutinho escreveu para aquela ocasião e publicou depois no livro *Hegemonia às Avessas*, está todo construído, embora não fale dos sujeitos, como uma polêmica contra a ideia de que aquele momento poderia ser caracterizado como uma revolução passiva (COUTINHO, 2010). Ele apresenta uma alternativa teórico-conceitual que define aquele momento como uma contrarreforma. A crítica de Coutinho ao uso da noção de revolução passiva para explicar o chamado lulismo, entretanto, carregava consigo vários problemas. O mais evidente era o de estabelecer uma continuidade linear entre a era FHC e a era Lula, ou seja, considerá-las em igual medida eras de contrarreformas sociais.³

Mas por que insistir na ideia de revolução passiva? Fundamentalmente porque na era Lula havia uma combinação desigual de processos que denominávamos de inovação-conservação. Havia transformações, mas ao mesmo tempo essas transformações que se verificavam fundamentalmente no terreno da economia ocorriam no interior dos mesmos quadros históricos e institucionais do capitalismo dependente e financeirizado. Em segundo lugar, porque o Estado era o sujeito da transformação. E em terceiro lugar, porque esse processo de revolução passiva combinava formas de organização do consenso que ao mesmo tempo eram ativas e passivas. Eram ativas na capacidade de incorporar à gestão estatal quadros provenientes do movimento sindical, que se transformavam em gestores estatais e em gestores dos fundos de pensão. Mas, no que diz respeito ao conjunto das classes subalternas, essa incorporação política ao Estado, essa ampliação da base do Estado, ocorreu por meio da conformação de um consenso de tipo passivo. Ou seja, por meio de certas políticas públicas, particularmente políticas assistenciais, que permitiam configurar uma nova base social para a política de Estado. É importante retornar a esta noção gramsciana de revolução passiva para tornar um pouco mais preciso aquilo que estávamos falando.

Que tipo de revolução passiva? Gramsci não fala apenas, nos *Cadernos do Carcere*, de uma revolução passiva. Ele esboça ao menos três formas diferentes da revolução passiva: uma primeira que poderia ser chamada de francesa, uma

³ Ver a reconstrução dessa discussão em Bianchi (2015).

segunda piemontesa e uma terceira americana. A forma francesa é aquela na qual a restauração é precedida por uma revolução, ou seja, há um evento disruptivo na política que tem como resposta uma restauração que evidentemente não consegue reconstituir a velha ordem, mas constitui uma nova forma de organização política na qual o novo e o velho conciliam-se entre si. Isto é bastante claro na análise que Gramsci faz do Termidor, na França, mas essa conciliação entre o velho e o novo também aparece na análise marx-engelsiana dos acontecimentos de 1848 na França e na Alemanha. Nas palavras de Engels, no final de 1848, a Europa vivia uma situação paradoxal na qual as antigas classes que haviam sido deslocadas encontravam-se novamente no interior do Estado, mas em aliança com aquelas que tinham feito a revolução. Revolução-restauração é, assim, uma forma “francesa” da revolução passiva.⁴

A revolução passiva que conduz à constituição do Estado nacional italiano, ou seja, o *Risorgimento*, é uma segunda forma. Nessa forma não há revolução, embora haja uma transformação importante na esfera da política. O advento de um novo Estado nacional, evitando as formas cataclísmicas que teriam sido verificadas no caso francês, ou, na formulação de Gramsci – um novo Estado é constituído, mas sem o apuro terrorista francês, ou seja, sem o fenômeno jacobino. Como ocorre o processo de unificação italiana? Ocorre por meio da liderança do Estado piemontês, com o seu exército e em especial seu aparato diplomático, seu aparato estatal. A constituição do novo Estado nacional ocorre por meio de um processo de expansão do Piemonte, de sucessivas anexações dos antigos Estados. Chama muito a atenção que o Piemonte não se dá o trabalho de sequer renumerar a dinastia, a ordem dos reis. O primeiro rei da

⁴ “Coloca-se o problema de se esta elaboração croceana, em sua tendenciosidade, não tem a finalidade de criar um movimento ideológico correspondente ao da época tratada por Croce, de restauração-revolução, no qual as exigências que encontraram na França uma expressão jacobino-napoleônica foram satisfeitas em pequenas doses, legalmente, reformistamente, e se conseguiu, assim, salvar a posição política e econômica das velhas classes feudais, evitar a reforma agrária e, especialmente, evitar que as massas populares atravessassem um período de experiências políticas como as que viveram na França nos anos do jacobinismo, em 1831, em 1848” (Q.10, § 9, p. 1227 – utilizaremos a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975 na Itália. Citaremos da seguinte forma: Q. “X”, para o número do Caderno, § “Y”, para o parágrafo, e p. “Z” para a página na referida edição).

Itália é Vittorio Emanuele II. O novo Estado nacional italiano era uma extensão do Piemonte, inclusive na sua própria simbologia.⁵

A forma americana é uma terceira. É aquela que Gramsci analisa nos seus escritos sobre o americanismo e fordismo, quando ele está estudando justamente as transformações na esfera da produção com o advento da linha de montagem, mas também o *New Deal* nos Estados Unidos e o intervencionismo estatal na economia. Nesta forma, a inovação-conservação ocorre não no âmbito da política, mas no âmbito das forças produtivas. Ou seja, o que nós temos com este complexo americanismo-fordismo é uma atualização do capitalismo. Uma nova forma de apresentá-lo, uma nova maneira de organizar o processo de acumulação nessa economia capitalista.⁶

Voltemos aqui, ao caso brasileiro. O que faltou naquela análise que fazíamos da ideia de revolução passiva para explicar a realidade brasileira foi especificar o tipo de revolução passiva do qual estávamos falando. Evidentemente estamos trabalhando aqui com tipos ideais. Eles não aparecem de maneira pura nos processos e, em certa medida, manifestam-se combinados. Mas se há algo que poderia caracterizar o lulismo como uma forma de revolução passiva é o fato de que o processo de conservação e inovação se verificou fundamentalmente no âmbito das forças produtivas. Ou seja, o que caracteriza o lulismo é uma modalidade de atualização do processo de acumulação capitalista no Brasil, é uma nova forma do capitalismo. Por que teria sido importante destacar isso? Porque, nos permitiria ver o que de fato estava mudando, ou seja, onde residia de fato a inovação, mas também porque permitiria verificar onde as coisas *não* estavam mudando. Do ponto de vista das

⁵ “Da política dos moderados aparece claro que ela pode ou deve ser uma atividade hegemônica mesmo antes de ir ao poder e que não precisa contar somente com as forças materiais que o poder dá para exercer uma direção eficaz: precisamente a brilhante solução deste problema tomou possível o *Risorgimento* na forma e nos limites nos quais ele ocorreu, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’ para empregar uma expressão de Cuoco em um sentido um pouco diferente daquele que ele usava” (Q.19, § 24, p. 2011).

⁶ Gramsci apresenta como uma hipótese de investigação a compreensão do americanismo e do fordismo como revolução passiva: “ver se o americanismo pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo, já examinado, das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma ‘explosão’, uma transformação de tipo francês” (Q.22, § 1, p. 2140).

instituições políticas da república brasileira, as transformações dos últimos anos foram praticamente insignificantes. As formas institucionais continuam sendo fundamentalmente as mesmas. Não há uma democratização radical, ou nem mesmo uma democratização superficial das instituições da República. Aqui aparece o grande problema do lulismo.

Como, então, mobilizar o conceito de revolução passiva para compreender a realidade presente? Até o momento ele foi usado para uma análise do lulismo. Agora é preciso analisar o presente e prospectar o futuro. Podemos começar afirmando que há uma crise de hegemonia e é isso que caracteriza a política presente. Quando Gramsci fala de crise de hegemonia, ele está pensando fundamentalmente em uma crise de representação. Ou seja, em um distanciamento cada vez maior entre representantes e representados.⁷ Nessas situações de crise os partidos que tentam dirigir a vontade coletiva nacional, por razões diversas, deixam de fazer isso. O caso mais evidente é o do Partido dos Trabalhadores. Estabelece-se um fosso entre o Partido dos Trabalhadores, o governo que esse partido dirige e aqueles que diz representar ou que deveria representar. De acordo com a análise de Gramsci, calcada na leitura que Marx fez da ascensão de Luís Bonaparte ao poder, é justamente nestes períodos de crise de representação que se manifestam as formas mais mórbidas da política,

⁷ “Num determinado momento da sua vida histórica, os grupos sociais se afastam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com uma determinada forma de organização, com determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria da sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de poderes ocultos, representados pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre ‘representantes e representados’, que do terreno dos partidos (organizações de partido num sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística) refletem-se em todo organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos relativamente independentes da flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente flui em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’, mas na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto” (Q.13 § 23, p. 1602-1603).

que emergem alternativas diversas, das mais polarizadas e estranhas e o choque entre os diversos partidos e entre as diferentes frações políticas e sociais se manifesta cotidianamente.⁸ É aquilo que vemos hoje no dia-dia da política, abrindo inclusive a possibilidade de que indivíduos, partidos ou mesmo instituições estatais até então absolutamente marginais na vida nacional apareçam como *a* alternativa, ou seja, como aqueles que conseguem galvanizar em certo momento a opinião pública e apresentar-se como a direção possível.

A crise de hegemonia é então, fundamentalmente, uma crise política, uma crise de direção ou, se quisermos, uma crise da representação política. A noção de crise de hegemonia é extremamente fértil para pensarmos a realidade contemporânea. Podemos acrescentar a esta uma outra noção gramsciana que se encontra nos *Cadernos do Cárcere*, que é a de crise orgânica. Quando Gramsci pensa em crise orgânica, a imagem que lhe vem a mente é a da crise de 1929. Ele associa a ascensão ou desenvolvimento do fascismo e do nazismo no território europeu a esses fenômenos de crise. Como se sabe, Gramsci não estabelece uma relação unívoca entre a crise política e a crise econômica.⁹ Ou seja, a crise política pode muito bem preceder a crise econômica. O caso de 1848 é bastante claro porque a revolução de 22 de fevereiro de 1848 na França e 18 de março de 1848 em Berlim não ocorrem no momento mais crítico da crise econômica e sim quando a economia parecia apresentar seus primeiros sinais de superação.¹⁰

Por outro lado, sabemos muito bem que no Estado Nacional no qual a crise de 1929 foi mais intensa, ou seja, nos Estados Unidos, a crise política não deu as caras ou se manifestou de forma muito mediada. De modo que esta relação entre crise econômica e crise política não é direta ou exclusiva para Gramsci. De

⁸ Segundo Gramsci, a “crise consiste precisamente no fato de que o velho more e o novo ainda não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados” (Q.3, § 34, p. 311).

⁹ Afirma, por exemplo, o seguinte: “Inicialmente, pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal” (Q.13, § 17, p. 1587).

¹⁰ O estudo clássico a respeito é o de Labrousse (1948), o qual embora superado em alguns pontos pelas pesquisas posteriores continua incontornável. Ver um balanço crítico a respeito da contribuição de Labrousse em Démier (1997).

todo modo, o sardo chamava atenção para aquelas situações nas quais crise econômica e crise política coincidem, ou seja, aquelas situações nas quais a crise de hegemonia, aquilo que chamamos de crise de representação, coincide com uma crise econômica que mina a capacidade material de conformação de uma nova hegemonia. Ou seja, torna mais difícil o processo de afirmação de uma nova hegemonia. Este é, provavelmente, o tipo de crise atual. Uma crise na qual a sua forma política se encontrou com a sua forma econômica, tornando mais difícil a superação desta crise e a emergência de uma nova hegemonia, ainda que seja uma hegemonia restrita, ou seja, uma nova forma de revolução passiva. Então, e com isso é possível concluir, está na hora de deixarmos de lado, para entender o momento atual, a noção de revolução passiva e começarmos a mobilizar a noção de crise orgânica. A revolução passiva brasileira já se esgotou, e se esgotou nesta crise econômica e política que estamos vivendo. Se quisermos compreender a situação presente, o conceito de crise orgânica será mais produtivo.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, A.; BRAGA, R. Brazil: The Lula Government and Financial Globalization. *Social Forces*, v. 83, n. 4, p. 1745-1762, 2005.
- BIANCHI, A. Gramsci interprète du Brésil. *Actuel Marx*, v. 57, p. 96-111, 2015.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010
- DÉMIER, F. "Comment naissent les révolutions"... cinquante ans après. *Revue d'histoire du XIXe siècle. Société d'histoire de la révolution de 1848 et des révolutions du XIXe siècle*, n. 14, 1997.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, 1975. 4v
- LABROUSSE, E. 1848-1830-1789. Comment naissent les révolutions. In: *Actes du Congrès historique du centenaire de la Révolution de 1848*. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.
- OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.